



Universidades Lusíada

Santos, João Victor De Marchi dos

Cultura em estratégia e segurança nacional : um estudo de caso do Japão medieval

<http://hdl.handle.net/11067/7081>

<https://doi.org/10.34628/65ca-cp85>

Metadados

Data de Publicação

2022

Resumo

Este artigo se orienta pela busca de uma relação plausível entre a formação cultural do Japão Medieval e sua Política de Segurança e Defesa Nacional. Para este fim, a metodologia escolhida se vale de dados secundários baseados em uma revisão bibliográfica de literatura em livros, artigos e consultas à matérias publicadas na internet. Neste sentido, a pesquisa se embasa pela perspectiva ontológica da teoria construtivista das Relações Internacionais, enquanto corrente teórica que defende a inclus...

This article is guided by the search for a plausible relationship between the cultural background of Medieval Japan and its National Security and Defense Policy. To this end, the chosen methodology uses secondary data based on a literature review of books, articles and consultations with articles published on the internet. In this sense, the research is based on the ontological perspective of the constructivist theory of International Relations, as a theoretical current that defends the inclusio...

Palavras Chave

Segurança nacional - História - Japão

Tipo

article

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULL-FCHS] LPIS, n. 23-24 (2022)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-11-14T19:22:44Z com informação proveniente do Repositório

**CULTURA EM ESTRATÉGIA E
SEGURANÇA NACIONAL:
UM ESTUDO DE CASO DO JAPÃO MEDIEVAL**

João Victor de Marchi dos Santos

joaodmprfs@gmail.com

ORCID: ****_****_****_****

Vinícius Yudi Aoki Oyama

viniciusoyama@gmail.com

ORCID: ****_****_****_****

DOI: <https://doi.org/10.34628/65ca-cp85>

Recebido: 23.05.2023

Aprovado: 10.09.2023

Resumo: Este artigo se orienta pela busca de uma relação plausível entre a formação cultural do Japão Medieval e sua Política de Segurança e Defesa Nacional. Para este fim, a metodologia escolhida se vale de dados secundários baseados em uma revisão bibliográfica de literatura em livros, artigos e consultas à matérias publicadas na internet. Neste sentido, a pesquisa se embasa pela perspectiva ontológica da teoria construtivista das Relações Internacionais, enquanto corrente teórica que defende a inclusão da Cultura como elemento de fundamental relevância para a percepção das dinâmicas que perscrutam as influências da relação entre a agência japonesa e a estrutura que a cerca na definição de uma Estratégia Nacional de Segurança e Defesa. Ao aliar o campo das Relações Internacionais com o estudo da Cultura e das definições de Estratégia, Segurança e Defesa, um dos objetivos principais é a acomodação das diferentes matrizes metodológicas em um lugar comum, ou seja, no reconhecimento de que a variável Cultura pode exercer influência em um processo de tomada de decisão no que tange à garantia do bem-estar e do modo de vida de uma sociedade. Para tanto, na primeira parte deste trabalho, evidencia-se as diferentes perspectivas conceituais, se valendo da definição de Estratégia, de Segurança e de Cultura, a destacar suas relações com base no crivo da Teoria Construtivista e, principalmente, no que se entende por Cultura Estratégica ou Cultura de Segurança Nacional. Na segunda parte, o foco se dá à formação cultural do Japão Medieval, se orientando pela sua geografia, sua evolução política e na identificação dos elementos basilares de sua cultura militar, principalmente na sua relação com a figura do samurai, materializada na lenda e nas obras de Miyamoto Musashi, um dos maiores expoentes da classe. Em última análise, a pesquisa se propõe em oferecer parâmetros comparativos entre o pensamento do autor japonês e os dilemas contemporâneos que a nação nipônica está a enfrentar no Século XXI, conjecturando a possibilidade da emergência de um novo po-

sicionamento perante sua Estratégia de Segurança Nacional para os próximos anos.

Palavras-chave: Cultura; Estratégia; Segurança Nacional; Japão Medieval.

Abstract: This article is guided by the search for a plausible relationship between the cultural background of Medieval Japan and its National Security and Defense Policy. To this end, the chosen methodology uses secondary data based on a literature review of books, articles and consultations with articles published on the internet. In this sense, the research is based on the ontological perspective of the constructivist theory of International Relations, as a theoretical current that defends the inclusion of Culture as an element of fundamental relevance for the perception of the dynamics that scrutinize the influences of the relationship between the Japanese agency and the structure that it around the definition of a National Security and Defense Strategy. By combining the field of International Relations with the study of Culture and the definitions of Strategy, Security and Defense, one of the main objectives is to accommodate the different methodological matrices in a common place, that is, in the recognition that the Culture variable can exercise influence in a decision-making process regarding the guarantee of well-being and the way of life of a society. Therefore, in the first part of this work, the different conceptual perspectives are highlighted, using the definition of Strategy, Security and Culture, evidencing their relationships based on the Constructivist Theory and, mainly, on what is meant by Strategic Culture or National Security Culture. In the second part, the focus is given to the cultural formation of Medieval Japan, guided by its geography, its political evolution and the identification of the basic elements of its military culture, mainly in its relation with the figure of the samurai, materialized in the legend and in the works by Miyamoto Musashi, one of the greatest exponents of the class. Ultimately, the research proposes to offer comparative parameters between the thoughts of the Japanese author and the contemporary dilemmas that Japan, as a nation, is facing in the 21st century, conjecturing the possibility of the emergence of a new position regarding its National Security Strategy for the upcoming years.

Keywords: Culture; Strategy.; National security; Medieval Japan.

Introdução

O Japão é uma das civilizações mais antigas do mundo, cuja cultura e tradição são amplamente conhecidas em diversas estratificações da Sociedade Internacional. Muito se escreve e se discute sobre a sociedade nipônica, principalmente após sua derrota no final da Segunda Guerra Mundial e a conseqüente aliança de segurança bilateral com os EUA, propiciando sua busca pela reconstrução econômica. Tal paradigma, partindo do ponto de vista militar, o condenou a um papel muitas vezes considerado secundário nas relações internacionais, devido à sua inabilidade de concentrar esforços que extrapolem suas necessidades de auto-defesa, resultado da adoção de uma posição pacifista, reservando tais responsabilidades ao aliado norte-americano. Surgem assim as expressões “gigante econômico” e “anão militar”, comumente relacionadas ao Japão.

Em contraste, pouco se fala, no âmbito dos estudos em Relações Internacionais, na influência que seu passado exerce na perspectiva japonesa perante o mundo. O enfoque necessário, porém limitado, na sua postura pacifista actual é um equívoco, justamente por ser diametralmente oposta à sua formação política e cultural, condenando as análises elaboradas no seio dos estudos de política de Segurança e Defesa ao fracasso no teste do tempo, devido às intensas mudanças de paradigma que, não apenas a região do Extremo Oriente presencia, mas o mundo de forma geral.

Ainda que os resquícios do Império Nipônico se esvaíram ao vento em 1945, após os bombardeios de Hiroshima e Nagasaki, é de vital importância a este trabalho o reconhecimento de que o referencial milenar - incongruente à realidade que se apresenta ao Japão contemporâneo - perdurou por muito mais tempo, oca-

sionando em marcas mais profundas no modo de vida, no pensamento e, principalmente, na cultura desta nação.

Sem incorrer em anacronismos, porém reconhecendo que a cultura japonesa, enquanto expressão máxima dos valores e dos princípios da sociedade nipônica, ainda detém resquícios de sua formação milenar, questiona-se se seu rico passado militarista, relacionado com a estrutura política dos Shogunatos e do Império Japonês em consonância com a instauração dos princípios do Bushido (este que se faz presente no imaginário popular até os dias de hoje), ainda exerce influência no pensamento cultural e estratégico do Japão moderno.

O Elemento “Cultura” em Estratégia, Segurança e Defesa Nacional

Num período pautado pelo apogeu da globalização, tornou-se cotidiano estabelecer conexões com diversas culturas. Impulsionados pelo fim da Guerra Fria e de seus antagonismos, bem como o esforço conjunto em prol da busca pela Paz, o mundo buscou estabelecer conexões, ampliar suas relações e alcançar seus interesses, por outros meios aquém à imposição da força militar. Emergem assim, novos paradigmas no Sistema Internacional, estes pautados pelas relações ao nível político, diplomático, econômico, financeiro, e, entre muitos outros, cultural.

Trazendo esta conjuntura para o debate das Relações Internacionais (enquanto área do conhecimento) e do estudo da Estratégia, questiona-se o papel da cultura de uma Nação¹ - enquanto característica que integra a noção de identidade nacional² - no

¹ *Nação*: “Grupo complexo, constituído por grupos sociais distintos que, em princípio, ocupando, um mesmo Espaço Territorial, compartilham da mesma evolução histórico-cultural e dos mesmos valores, movidos pela vontade de comungar um mesmo destino.” (ESG, 2014, p. 17).

² *Identidade Nacional*: Conceito, abordado aqui, com pretensão “[...] fundamentalmente cultural, revela-se não apenas na predominância de uma língua, uma religião e certos costumes, mas, sobretudo, na existência de um passado comum e na consciência de interesses e aspirações gerais que canalizam energias vitais para a construção do futuro.” (ESG, 2014, p. 17).

processo decisório das políticas e da estratégia de segurança nacional. Conceitos como “Cultura Estratégica”, “Cultura de Segurança Nacional” - ou apenas “Cultura de Segurança”³ - buscam evidenciar a contribuição do elemento “Cultura” na equação de uma “Estratégia de Segurança e Defesa Nacional”.

A proposta inicial deste trabalho, ao envolver o conceito de “Cultura” nos estudos de segurança e estratégia, se baseia nos princípios da abrangência e da multidisciplinaridade. Por este motivo, é necessário delimitar o enquadramento conceitual deste trabalho por meio do alinhamento teórico dos campos das Relações Internacionais, da Sociologia e do conhecimento estratégico-militar de autores do Instituto de Defesa Nacional (IDN), de Portugal, e da Escola Superior de Guerra (ESG), do Brasil.

Parâmetros conceituais

Conceito de Estratégia, Estratégia Nacional e Estratégia de Estado

Se valendo dos conteúdos proporcionados pelos Elementos Fundamentais do *Manual Básico da Escola Superior de Guerra*, neste primeiro momento, se faz necessário definir o conceito de Estratégia voltada à garantia dos interesses nacionais, dentre os quais se localiza a própria Segurança Nacional.

De acordo com a ESG, o conceito de Estratégia, em seu sentido mais amplo, deve ser interpretado como “a arte de preparar e aplicar o poder para conquistar e preservar objetivos, superando óbices de toda ordem.” (ESG, 2014, p. 56)⁴.

Todo Planejamento Estratégico⁵ tem uma finalidade prática, ma-

³ Não confundir com o conceito de Cultura de Segurança no Trabalho ou de quaisquer interpretações aquém ao tema central da pesquisa.

⁴ *Óbice*: “Obstáculos de toda ordem que dificultam ou impedem a conquista e manutenção de objetivos.” (ESG, 2014, p. 56). Podem ser classificados como “Fatores Adversos” ou “Antagonismos”.

⁵ *Planejamento Estratégico*: Método oriundo dos estudos e pesquisas realizados ao longo da existência da ESG, tendo “[...] como objeto principal, da sua origem e aplicação, a busca da maior racionalidade nas decisões nacionais.” (ESG, 2009, p. 7).

terializada em Ações Estratégicas, cujo entendimento deve ser relacionado com “[...] a efetivação do emprego do Poder. [...] são espaços de qualquer natureza, caracterizados pela presença ou pela possibilidade de existência de relevantes interesses para a Nação.” (ESG, 2014, p. 57). Sendo assim, toda Estratégia tem por finalidade a garantia de um interesse.

Seja nas relações sociais, seja nas relações internacionais, os interesses são corriqueiramente focos de desequilíbrio. Independentemente das motivações, é comum que “choques de interesses” ocorram, estes podendo gerar, segundo a ESG (2014), Conflitos⁶ ou Crises⁷.

No âmbito das Crises, ressaltam-se, ainda, as Crises Internacionais⁸. De maneira geral, estão relacionadas com fatores de grande importância estratégica, como: “ameaça à integridade do Patrimônio Nacional; ameaça à Soberania; acesso à Tecnologia; apoio Externo à insurreição interna; dever de ingerência; e antagonismo histórico.” (ESG, 2014, p. 60-61).

Dada a necessidade de garantir os interesses nacionais, elaborase uma Estratégia Nacional, estabelecida como “[...] a arte de preparar e de aplicar o Poder Nacional para, superando os óbices, alcançar e preservar os Objetivos Nacionais, de acordo com a orientação estabelecida pela Política Nacional.” (ESG, 2014, p. 62).

A definição dos “Objetivos Nacionais” é sempre orientada pela coordenação do poder político nacional (Governo) frente aos interesses estratégicos de Estado a nível interno e externo, dando forma a uma Estratégia de Estado. Neste sentido, define-se que “Estratégia de Estado é a forma como o Governo prepara e apli-

⁶ *Conflitos*: são choques de interesses de qualquer natureza, podendo ser oriundos de fatores internos e/ou externos. Dependendo do agravamento deste conflito, atinge-se o estágio de crise que, caso não seja administrado de forma correta, pode acarretar em um Conflito Armado. (ESG, 2014, p. 58-59).

⁷ *Crise*: “Crise é um estado de tensão, provocado por fatores internos e/ou externos, sob o qual um choque de interesses, se não administrado adequadamente, corre o risco de sofrer um agravamento, até a situação de enfrentamento entre as partes envolvidas” (ESG, 2014, p. 59).

⁸ *Conflitos de natureza externa*: Podem ser identificados antes da eclosão de um conflito armado (dissuasão por meio da Expressão Militar do Poder Nacional e Diplomacia), ou após a concretização das hostilidades e do confronto armado. (ESG, 2014, p. 60).

ca o Poder Estatal para [...] alcançar e preservar os Objetivos de Estado de acordo com a orientação estabelecida pela Política de Estado.” (ESG, 2014, p. 64).

Conceito de Segurança

Dentro dos Objetivos Nacionais, pode-se considerar que há uma busca constante pelo que se entende por “Segurança”. Numa visão geral, “Segurança é a sensação de garantia necessária e indispensável a uma sociedade e a cada um de seus integrantes, contra ameaças de qualquer natureza.” (ESG, 2014, p. 76). Ela “[...] exprime a efectiva carência de perigo, quando não existem ou foram atenuadas as suas causas e que visa a conservação da sociedade política.” (BORGES, 2005, p. 170). Em suma, é a ausência de ameaças, sejam elas internas ou externas.

O conceito é comumente associado à ação legítima do Estado como o detentor do monopólio do uso da força coercitiva (WEBER, 1968, p. 57), cujo propósito se orienta na “[...] garantia, proteção ou tranquilidade em face de obstáculos e ameaças, ações contrárias à pessoa, às instituições ou aos bens essenciais, existentes ou pretendidos.” (ESG, 2014, p. 75).

É um dos factores que confere o prestígio do Estado como o actor central do Sistema Internacional, proporcionando a ele a legitimidade do uso da violência, cujo recurso visa a garantir condições “[...] para que a “Nação” sobreviva, de uma forma soberana, em paz e em liberdade.” (BORGES, 2005, p. 170). Princípios das Relações Internacionais como o princípio da Soberania Nacional, são extratos deste entendimento do Estado datado desde a celebração da Paz de Vestfália⁹.

⁹ *Paz de Vestfália*: “[...] a primeira vez que se afirmou solenemente a paridade jurídica de todos os Estado entre si foi ao cabo da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), nos Tratados de Paz de Vestfália, que, a um só tempo, representaram o início da moderna sociedade internacional assente em um sistema de Estados e ‘a plena afirmação do postulado da absoluta independência recíproca dos diferentes ordenamentos estatais’” (RUFFIA, 1965 *apud* FILHO, 2006, p. 1447, tradução nossa).

No âmbito estratégico-militar, a garantia da Soberania por parte do Direito Internacional é um sinônimo à Segurança Nacional, a qual, de acordo com o Instituto da Defesa Nacional (IDN), se transcreve à um Estado, internamente, na

[...] condição da Nação que se traduz pela permanente garantia da sua sobrevivência em Paz e Liberdade, assegurando a soberania, independência e unidade, a integridade do território, a salvaguarda colectiva das pessoas e bens e dos valores espirituais, o desenvolvimento normal das tarefas do Estado, a liberdade de acção política dos órgãos de soberania e o pleno funcionamento das instituições democráticas. (VIEGAS, 1998 *apud* BORGES, 2005, p. 170).

Em contraste, o Conceito de Segurança Nacional frente ao Sistema Internacional, ou seja, face ao âmbito externo, se resume num

[...] conjunto de medidas tanto de carácter militar como político, económico, social e cultural que, adequadamente coordenadas e integradas, e desenvolvidas global e sectorialmente, permitem reforçar a potencialidade da nação e minimizar as suas vulnerabilidades, com vista a torná-la apta a enfrentar todos os tipos de ameaça que, directa ou indirectamente, possam por em causa a Segurança Nacional. (VIEGAS, 1998 *apud* BORGES, 2005, p. 171).

Face às novas ameaças de um mundo cada vez mais volátil, Borges (2005, p. 172) destaca quatro responsabilidades vinculadas aos esforços de Defesa¹⁰ na busca pela garantia da Segurança

¹⁰ *Defesa*: “Defesa é um ato ou conjunto de atos realizados para obter ou resguardar as condições que proporcionam a sensação de Segurança.” (ESG, 2014, p. 77).
Defesa Nacional: “Defesa Nacional é o conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na Expressão Militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais e manifestas. (ESG, 2014, p. 82).

Nacional e, dentre estes, está a “Defesa Cultural”, o qual busca consolidar a solidariedade coletiva, reforçar a coesão social, bem como a proteção do patrimônio cultural, tornando evidente que os conceitos de Segurança e Defesa se valem da percepção de um

[...] espaço aglutinador de valores e actividades identificados directamente com a sobrevivência do Estado, enquanto unidade política, que se traduz na sua independência, conservação, integridade e afirmação internacional, [...] na liberdade e integridade física das populações, e na protecção do património nacional. (BORGES, 2005, p. 173).

Em poucas palavras, o conceito de Segurança Nacional se vale ao âmbito interno ou externo de um Estado, vinculado à garantia da independência nacional, da integridade territorial e da liberdade e segurança da população contra qualquer agressão ou ameaça externas, tal como dita o Art. 1º da Lei de Defesa Nacional de Portugal. (BORGES, 2005, p. 171).

Conceito de Cultura

Destarte, de acordo com o *Dicionário de Sociologia* de Allan G. Johnson, de 1997, Cultura pode ser percebida como um “[...] conjunto acumulado de símbolos, ideias e produtos materiais associados a um sistema social [...]” podendo este último ser um pequeno número de pessoas, identificados como famílias, ou até mesmo uma sociedade inteira. É considerado um dos grandes conceitos do ramo da Sociologia.

A cultura refere-se aos modos de vida dos membros de uma sociedade, ou de grupos os quais a compõem. Existe uma relação estreita e interativa entre cultura e sociedade. A sociedade, sendo um dos conceitos sociológicos fundamentais, é encarada como um complexo sistema estruturado de inter-relações sociais que liga os indivíduos

coletivamente de acordo com uma cultura partilhada, dela podendo fazer parte algumas dezenas de pessoas [...] ou milhões de pessoas [...]. (GIDDENS, 2008 *apud* RODRIGUES, 2012, p. 14).

De acordo com Johnson (1997), o conceito detém dois aspectos: os materiais ou tangíveis e os não-materiais ou intangíveis.

A respeito do primeiro, um aspecto da cultura material se fundamenta em “[...] tudo o que é feito, modelado ou transformado como parte da vida social coletiva [...]”, partindo de eventos do cotidiano, como a preparação de alimentos, e passando por abranger até mesmo as características únicas presentes em modelos industriais.

Já os não-materiais, são identificados por meio de *símbolos* (palavras, música, escrita, etc.), “[...] bem como as ideias que modelam e informam a vida de seres humanos em relações recíprocas e os sistemas sociais dos quais participam.” (JOHNSON, 1997, p. 59). Neste sentido, assemelha-se a um conjunto de valores, crenças e normas de condutas aceitas em determinada cultura/sociedade, passando a orientar padrões de comportamento. Em contribuição, João Vieira Borges, Tenente Coronel português, pondera:

Sendo a cultura o ponto de encontro dos costumes, práticas, comportamentos e saberes, que identificam uma região, um povo ou uma Nação, a sua especificidade pode ser trabalhada em termos dum determinado domínio ou área do saber. Assim, falar de cultura musical de um povo ou de cultura literária, é de fácil entendimento e percepção. Por outro lado, falar de cultura de Segurança e Defesa (SD), é de âmbito mais vasto, pois consiste na consolidação da consciência de um conjunto de saberes multidisciplinares [...] ligados à sobrevivência de Portugal enquanto unidade política soberana e independente. (BORGES, 2005, p. 173).

Em termos gerais, o conceito de Cultura anda de mãos da-

das com outro conceito, objeto máximo da sociologia, a Sociedade. Componente estrutural de um Estado e, quase sempre, sinônimo do conceito de Nação, as sociedades são unidas e diferenciadas por peculiaridades culturais. Neste sentido, a amálgama de uma sociedade “[...] funda-se no fato dos seus membros se organizarem através de relações sociais estruturadas segundo uma única cultura. Assim sendo, as culturas não existem sem sociedades, mas da mesma forma, as sociedades para existirem obrigam à existência da cultura.” (GIDDENS, 2008 *apud* RODRIGUES, 2012, p. 14).

Por esta característica, a postura científica amplamente divulgada nos estudos sociológicos se atenta ao relativismo cultural, baseado no “[...] pressuposto essencial da sociologia e tem a ver com a necessidade de uma cultura dever ser estudada segundo os seus significados e valores próprios [...]”. (RODRIGUES, 2012, p. 14). Estar consciente desta condição significa estar em alerta para as armadilhas do etnocentrismo, este fundamentado na “[...] opinião, muito comum, de que os costumes de uma dada sociedade na vida social estão radicados numa suposta ordem natural das coisas, que seus códigos morais são universais e absolutamente corretos.” (JOHNSON, 1997, p. 195). Em suma, adotar tal postura impede com que ocorram interpretações descalibradas, pautadas em um juízo de valor perante a cultura que busca-se compreender.

Orientação teórica

Neorrealismo e Construtivismo: o enquadramento teórico das Relações Internacionais

Dentre as diversas perspectivas provenientes das Teorias das Relações Internacionais (TRI), quando associadas ao estudo da Estratégia Militar, logo se pensa na corrente “neorrealista”, posicionamento em que o elemento “cultura” é sistematicamente desconsiderado. Johnston (1995, p. 35), enuncia o fato de que a cultura estratégica (ou as abordagens culturalistas em geral) desafia a essência do neorrealismo, o qual pressupõe que os Estados, como

“unidades funcionais indiferenciadas”, buscam otimizar sua utilidade, esta, por sua vez, entendida como uma consequência de seu poder, relacionado com suas capacidades e seus recursos, ou seja, seu poderio militar e sua economia. De maneira geral, tudo o que possibilita o Estado a sobreviver no ambiente anárquico do Sistema Internacional, com vistas a garantir sua própria sobrevivência.

Com obras que datam desde as escrituras milenares de Sun Tzu, nomeadamente *A Arte da Guerra*, até meados da década de 1950, pouco se debate a respeito do marco zero dos estudos que estabelecem uma relação entre cultura e comportamento dos Estados (LANTIS, 2006, p. 3-4). O importante a ressaltar é que atualmente este campo de análise se vale do advento da corrente construtivista, abordagem popularizada em meados da década de 1980, a qual se apresenta como mais uma possível corrente interpretativa das TRI. Sua premissa central se baseia na ideia de que

[...] vivemos em um mundo que construímos, no qual somos os principais protagonistas, e que é produto das nossas escolhas. Este mundo em permanente construção é construído pelo que os construtivistas chamam de agentes. [...] Podemos mudá-lo, transformá-lo, ainda que dentro de certos limites. Em outras palavras, o mundo é socialmente construído. (NOGUEIRA; MESSARI, 2005 *apud* NOGUEIRA, 2010, p. 26).

Inicialmente, a abordagem construtivista surge como uma alternativa antagônica ao paradigma realista, tentando usurpar seu *status* como a uma das correntes principais das TRI. Ainda que o desafio não tenha surtido grandes efeitos no sentido de desbancar o valor das concepções neorrealistas ao estudo das Relações Internacionais e da Estratégia, “[...] a ascensão do construtivismo energizou uma nova onda de estudos estratégico-culturais.” (LANTIS, 2006, p. 10, tradução nossa).

Para respaldar tal afirmação, Johnston (1995) se utiliza dos posicionamentos de Joseph Nye e Sean Lynn-Jones, os quais criticam a corrente neorrealista por adotar uma modalidade de análise que

dispensa os aspectos culturais do objeto ao buscar um enquadramento respaldado na padronização da ação estatal e desconsiderando o processo de acumulação histórica de experimentação. De acordo com os autores, o simples ato de negligenciar os “estilos de estratégia nacional” configura por si só como uma representação do etnocentrismo no âmbito dos estudos estratégicos. (JOHNSTON, 1995, p. 33-35).

Em essência, as dismorfias e as críticas inferidas por ambos os lados se resumem numa disparidade interpretativa. De um lado, o pensamento neorrealista se pauta pela identificação de uma estrutura anárquica, inerente e inevitável ao Sistema Internacional, a qual “[...] restringe o comportamento dos Estados que, por seu turno, não são capazes de a controlar [...]” (NOGUEIRA, 2010, p. 20). Já para o enquadramento teórico construtivista, “[...] a relação entre agência e estrutura é o elemento central para o entendimento acerca do comportamento estatal.” (NOGUEIRA, 2010, p. 20). De acordo com Nogueira (2010) o entendimento desta teoria se assenta na constituição mútua da agência¹¹ e da estrutura¹², legitimando os efeitos e as influências que a cultura incide sobre ambas as partes.

Um dos maiores autores que trata desta dicotomia no âmbito das Teorias das Relações Internacionais é Alexander Wendt (1987)¹³, o qual define que o problema da agente-estrutura tem origem em duas premissas sobre a vida social, as quais fundamentam a maioria das investigações científicas sociais: 1) os seres humanos e suas organizações são atores intencionais cujas ações ajudam a

¹¹ *Agência*: Entendida aqui como “[...] as ações dos atores, ou sua capacidade de agir [...]” (BROWN e AINLEY, 2009, p. 65, tradução nossa).

Os atores das Relações Internacionais, por conseguinte, são identificados como os “[...] Estados, indivíduos, empresas, instituições internacionais, etc. [...]” (BROWN e AINLEY, 2009, p. 65, tradução nossa).

¹² *Estrutura*: “[...] as amplas restrições dentro das quais os atores agem, como anarquia ou sociedade internacional, capitalismo global ou Direito Internacional [...]” (BROWN e AINLEY, 2009, p. 65, tradução nossa).

¹³ Ver mais sobre o desenvolvimento do conceito em: BROWN, Chris; AINLEY, Kirsten. Agency, Structure and the State. In: Understanding International Relations. Palgrave Macmillan, Reino Unido, vol. 4, 65-85, 2009.

reproduzir ou transformar a sociedade em que vivem; e 2) a sociedade é composta de relações sociais, que estruturam as interações entre esses atores intencionais. (WENDT, 1987, p. 337-338).

O essencial a ressaltar na definição do autor é a relação intersubjetiva entre ambos os conceitos. Eles se complementam e se moldam mutuamente por meio das relações sociais, implicando, para os objetivos da pesquisa, que toda característica e/ou variável relacionada com os aspectos culturais presentes no âmbito da estrutura pode afetar as decisões formuladas na agência, pois ambas são constituídas por pessoas e, conseqüentemente, são afetadas pelas normas, costumes e princípios da sociedade em que estão inseridas.

Cultura em Estratégia e Segurança Nacional

Ainda que o construtivismo tenha dado nova vida ao debate, para Lantis (2006), não é possível afirmar que há uma definição comum de cultura em colaboração com os estudos em estratégia e segurança nacional, possivelmente por conta do caráter multidisciplinar, inerente ao conceito de cultura estratégica, sendo possível identificar um número quase que infinito de interpretações possíveis. A vaga abordagem metodológica e a falta de coesão entre os autores (o que pode implicar num eterno debate sem causas objetivas) resulta em interpretações diversas e, por vezes, confusas. Destarte, o intuito desta parte se pauta na busca por uma definição que possibilite um amplo entendimento do campo em que o debate se assenta.

Na obra *A Cultura de Segurança e Defesa no Ensino Superior em Portugal*, por exemplo, publicada no âmbito da Revista Nação e Defesa do IDN, Borges define brevemente o conceito de “Cultura de Segurança e Defesa” como

[...] um conjunto de costumes, práticas, comportamentos e saberes, de âmbito multidisciplinar, e relacionados diretamente com a sobrevivência do Estado, enquanto unidade política, que se traduz na sua independência, conserva-

ção, integridade e afirmação internacional, mas também na liberdade e integridade física das populações, e na protecção do património nacional. (BORGES, 2005, p. 173).

Esta percepção inicial fornece uma conceituação válida e didática, porém, dissociada do *mainstream* teórico das Relações Internacionais, trazendo à tona a necessidade, como demanda as boas práticas científicas, de uma revisão dos principais autores que abordam o tema.

Em consonância, as obras de Jeffrey S. Lantis (2006) e de Heitor Barras Romana (2016), constataam que o primeiro autor que, no âmbito da área de Relações Internacionais, tentou estabelecer um *linkage* claro entre estratégia militar e cultura, foi Jack Snyder, em sua obra *The soviet strategic culture: implications for nuclear options*, datada de 1977. Nas palavras de Romana, Snyder define cultura estratégica como um

[...] somatório de ideais, respostas emocionais e padrões de comportamento que os membros de uma comunidade estratégica nacional adquirem. Snyder, baseando-se na teoria da cultura política [...], considera que a socialização política associada ao conjunto de crenças e padrões de comportamento sobre as questões militares transpõe para o plano da cultura a forma como se avalia e interioriza o fenómeno do conflito militar e como este se mantém e influencia os valores modais de uma sociedade. (SNYDER, 1977 *apud* ROMANA, 2016, p. 16).

De acordo com Lantis (2006), com o objetivo de oferecer um argumento pautado numa base cultural, Snyder sugere uma “teoria da cultura estratégica”, com vistas a interpretar a estratégia nuclear soviética. Neste sentido, “Snyder sugeriu que as elites articulam uma cultura estratégica única relacionada a assuntos militares de segurança que é uma manifestação mais ampla da opinião pública, socializada num modo distinto de pensamento estratégico.” (SNYDER, 1977 *apud* LANTIS, 2006, p.6, tradução nossa).

Snyder, ao lado de Colin Gray, faz parte do que se entende como a “primeira geração” de estudos sobre cultura de segurança, focando essencialmente em uma pergunta essencial. Buscava-se perceber o *porquê da aparente divergência de posicionamentos da URSS e dos EUA a respeito da estratégia nuclear?*

Os pioneiros da primeira geração contribuíram para o entendimento de que as ações e decisões tomadas no âmbito da agência soviética detêm respaldo (1) na experiência oriunda da história do país; (2) na definição de Cultura Política¹⁴, a qual estabelece um nexo causal aos valores relacionados com a simbologia do regime socialista/comunista vigente, afetando o direcionamento da opinião pública e, conseqüentemente, dos decisores políticos; juntamente com (3) a localização geográfica em que ambas as potências se localizavam, determinando diferentes estilos estratégicos baseados em suas características únicas. (JOHNSTON, 1995, p. 36-39).

Romana (2016) compartilha da perspectiva supracitada. Para o autor, o objetivo das análises de cultura estratégica se baseia na busca de correlação entre “fatores sócio-culturais, interligados com fatores geohistóricos, geoestratégicos, bem como com elementos da cultura política de um dado Estado” (ROMANA, 2016, p. 14) e medidas ou ações estratégicas formuladas para alcançar um determinado objetivo ou para garantir interesses, evidenciando uma conexão direta entre a cultura nacional e “[...] os ‘processos de tomada de decisão estratégica’ aplicados a cenários de segurança e defesa [...]” (ROMANA, 2016, p. 14).

¹⁴ *Cultura Política* é o repositório acumulado de símbolos, crenças, valores, atitudes, normas e outros produtos culturais que moldam e pautam a vida política em uma sociedade. Inclui lemas e hinos nacionais; cultura material como bandeiras, monumentos e estátuas de figuras heróicas; crenças sobre a história e destino nacionais; atitudes de patriotismo ou deferência (ou ainda de cinismo ou desprezo) por políticos e outros líderes; valores que dão forma a opções de política; e normas que determinam expectativas, variando da garantia de direitos civis a mecanismos para mudar o governo ou reprimir a dissidência. (JOHNSON, 1997, p. 60).

A cultura política também pode ser percebida como “[...] códigos, regras, receitas e pressupostos políticos que impõem uma ordem aproximada às concepções do ambiente político.” (JOHNSTON, 1995, p. 45, tradução nossa).

Já na conjuntura construtivista, Lantis (2006) se vale das contribuições de um dos autores mais promissores da área, Alastair Iain Johnston, já citado anteriormente. O autor é considerado um dos grandes nomes da terceira geração de estudos sobre cultura estratégica, cuja eclosão data de meados da década de 1990. Para o autor, a cultura estratégica parte de “[...] um meio ideacional que limita escolhas comportamentais. Porém [...], a partir desses limites, pode ser possível derivar previsões específicas sobre a escolha estratégica.” (JOHNSTON, 1995, p. 46, tradução nossa).

Percebe-se a preocupação peculiar do autor em determinar um método pautado em previsões baseadas na identificação dos limites inerentes à cada cultura estratégica. De acordo com o autor, os limites podem ser identificados por meio da análise de três questões:

- a) na frequência do conflito militar no cotidiano de uma sociedade (inevitável ou repudiado);
- b) na eficácia¹⁵ do uso da força, ou seja, a “[...] capacidade de controlar resultados e eliminar ameaças e as condições sob as quais a força aplicada é útil.” (JOHNSTON, 1995, p. 46, tradução nossa);
- c) a natureza de um conflito com base na consideração a respeito do adversário e na ameaça por ele apresentada.

Feito este levantamento, caso seja inevitável a utilização da força contra uma ameaça externa, “[...] um grupo deve classificar as estratégias ofensivas mais incisivas, uma vez que elas têm mais probabilidade de lidar efetivamente com ameaças de soma zero [...].” Caso ainda haja espaço ao diálogo, “[...] o grupo deve preferir ferramentas diplomáticas mais acomodatócias, uma vez que [...] as ameaças podem ser gerenciadas por meio de compensa-

¹⁵ De acordo com a Escola Superior de Guerra, o Princípio Estratégico da *Eficácia* se refere aos meios que são “[...] aplicados no momento oportuno, no valor e no local exato em que poderão produzir, da melhor forma, os efeitos desejados.” (ESG, 2014, p.63).

ções, troca de favores e persuasão.” (JOHNSTON, 1995, p. 46-47, tradução nossa). Com isso, Johnston busca uma definição geral do conceito de cultura estratégica, o qual se configura como um

[...] sistema integrado de símbolos (por exemplo, estruturas de argumentação, linguagens, analogias, metáforas) que atua para estabelecer preferências estratégicas difundidas e duradouras, formulando conceitos do papel e eficácia da força militar em assuntos políticos interestaduais e essas concepções com tal aura de factualidade que as preferências estratégicas parecem excepcionalmente realistas e eficazes. (JOHNSTON, 1995, p. 46, tradução nossa).

A abordagem de Johnston apresenta grandes qualidades que contribuem para um melhor entendimento do escopo em que se encontra a cultura estratégica. A grande questão desta abordagem se pauta pelo caráter preditivo que o autor se presta a defender na obra, numa tentativa de remeter um novo senso de propósito ao estudo da matéria.

Para melhor esclarecimento, já que a proposta desta pesquisa não se encontra em nenhuma tentativa de previsão concreta de comportamentos futuros, o conceito - sem descartar as contribuições anteriores - pode ser mais bem desenvolvido por meio da perspectiva de Kerry Kartchner introduzida por Lantis. Segundo a lógica de Kartchner, Cultura Estratégica pode ser definida, de maneira simplificada, como um agrupamento de

[...] crenças, suposições e modos de comportamento compartilhados, derivados de experiências comuns e narrativas aceitas (tanto orais quanto escritas), que moldam a identidade coletiva e as relações com outros grupos e que determinam fins e meios apropriados para atingir os objetivos de segurança. (KARTCHNER, et al. 2006 *apud* LANTIS, 2006, p. 16, tradução nossa).

Tal definição permite melhor flexibilidade para a pesquisa,

além de possibilitar com que as peculiaridades de cada objeto sejam desbravadas com maior rigor científico.

Seguindo esta linha de raciocínio, Lantis (2006) elabora um método de análise baseado na catalogação de três fontes potenciais da cultura estratégica. De acordo com a interpretação do autor, busca-se a identificação dos aspectos *físicos* - como a geografia, clima, os recursos naturais, as mudanças de geração, e a tecnologia - dos aspectos *políticos* - experiência histórica, sistema político, as crenças das elites, e as organizações militares - e, por fim, dos aspectos *sócio-culturais*, os quais, tal qual a definição anterior do conceito de cultura, são definidos pela simbologia, por textos-chave, e pela identificação de mitos relacionados com o desenvolvimento e formação de uma sociedade. (LANTIS, 2006, p. 16-18).

A pesquisa, por conseguinte, se orientará para um esboço das origens culturais japonesas, buscando variáveis (independentes ou não) que influenciam, ou possam influenciar, o “estilo de cultura estratégica” que presenciamos hoje. Nos aspectos físicos, delimita-se a posição geográfica, a disponibilidade de recursos. Nos aspectos políticos, um esboço de uma linha do tempo, buscando apresentar a trajetória milenar da formação política do Japão. Por fim, nos aspectos sócio-culturais, apresenta-se uma amostra relacionada com o tema central da pesquisa, baseada nos princípios das Artes Marciais e, principalmente, nas contribuições de Miyamoto Musashi para o pensamento estratégico japonês, este que detém uma reputação quase mitológica, justamente por ser conhecido como “o maior dos samurais”.

A cultura estratégica do Japão Medieval

A primeira representação concreta de uma “Cultura de Segurança” no Japão se baseia em sua formação política singular. Norteadada por uma inversão na hierarquia de poder, o Japão foi dominado por uma lógica militarista, dando origem ao sistema político que geraria a figura dos samurais.

O período Kamakura (1185-1333) é o catalisador dessa dinâmica, pois foi “[...] quando a administração do exército se estabeleceu no sistema político japonês e o dominou [...]”. Nesta época, “[...] o imperador, ainda governava nominalmente, mas o poder real era mantido pelo shogun: o comandante-chefe que era responsável pela segurança do imperador [...].” Esta foi uma lógica que perdurou por mais de 600 anos. (PIWOWARSKI, 2014, p. 163-164, tradução nossa).

É neste período que se formam as bases do Código Bushido¹⁶, expressão tradicional da figura do samurai proveniente do cultivo de tradições, rituais, valores e princípios originados dos clãs do Japão Medieval. Ele detém um caráter “[...] habitual e não escrito, que, de fato, une em uma panela o budismo, o taoísmo, o confucionismo e o xintoísmo [...].” (PIWOWARSKI, 2014, p. 164, tradução nossa).

Como nação, os japoneses sempre deram grande importância ao conjunto de tradições militares que se baseiam diretamente no antigo e comprovado código de cavalaria. A ética e a espiritualidade japonesas, que em grande parte se desenvolveram na classe samurai, estão refletidas no código honorário do Bushidô e funcionam na Terra do Sol Nascente até os dias de hoje. (PIWOWARSKI, 2014, p. 163, tradução nossa).

Neste sentido, Oros (2014) argumenta que, devido à natureza política da época, a classe guerreira, conhecida como “samurai” se materializava como um componente fundamental do ordenamento político do Japão Medieval, dando forma à primeira cultura estratégica moderna do Japão. Para o autor, a “[...] primeira iteração moderna da cultura estratégica do Japão emergiu de um rígido sistema de classes que privilegiava sua classe guerreira, mas os proibia de se engajar em atividades internacionais.” (OROS, 2014, p.

¹⁶ O Caminho do Guerreiro, o qual se faz presente na cultura japonesa até os dias de hoje.

233, tradução nossa). Caracterizava-se, portanto, em uma postura essencialmente isolacionista, a qual perdurou até a eclosão da Era Meiji, no século XIX.

Aspectos Físicos: A Geografia e a Escassez

No que tange a geografia e o território nacional, Colin S. Gray (1999) defende que as “[...] características físicas de cada ambiente geográfico distinto, apesar da mudança tecnológica, produzem atitudes e crenças estratégicas notavelmente distintas, certamente militares e culturais.” (GRAY, 1999, p.148, tradução nossa). O Japão, sendo um Estado de matriz insular, desenvolve sua cultura e sua estratégia de Segurança Nacional conforme os elementos de sua geografia.

Situado à extremidade leste da grande massa eurasiática, tal como é identificado na Figura 1, ele é banhado a Leste pelo Oceano Pacífico, ao Norte pelo Mar de Okhotsk, a Oeste pelo Mar do Japão e ao Sul pelo Mar da China Oriental.¹⁷ O arquipélago nipônico estende seus 378 mil quilômetros quadrados por mais de 14 mil ilhas, dentre as quais apresentam-se as maiores, Honshu, Hokkaido, Kyushu e Shikoku.

De acordo com os dados fornecidos pela Embaixada do Japão no Brasil, por intermédio do *Fact Sheet “Geografia e Clima”*, destaca-se que cerca de três quartos do território japonês é composto por terrenos montanhosos, justamente por estar localizado nas proximidades do encontro de placas tectônicas, implicando em grande atividade sísmica e vulcânica no país.¹⁸ Além disso, a

¹⁷ Embora não possua fronteiras terrestres com as nações vizinhas, Rússia, Coréia do Sul, e especialmente, China e Coréia do Norte, fazem parte central na Segurança Nacional do país.

¹⁸ “Como está situado no cinturão vulcânico do Pacífico, o Japão possui várias regiões vulcânicas – geralmente divididas em sete – e que vai do extremo norte ao sul. Do número total de vulcões, aproximadamente 80 estão ativos [...]. Por isso o Japão está entre os países propensos a sofrerem com terremotos. A cada ano ocorrem aproximadamente mil terremotos fortes o bastante para serem sentidos.” (EMBAIXADA DO JAPÃO, 2023).

formação montanhosa da superfície japonesa provê uma grande quantidade de rios.

Figura 1: Mapa do Japão.



Fonte: Kawanami (2008).

Se tratando de disponibilidade de recursos naturais, Andrew L. Oros (2014) argumenta que a cultura estratégica japonesa, no que tange a seus aspectos físicos, é praticamente orientada pela sua localização insular e pela evidente falta de recursos estratégicos significativos. Tal afirmação se respalda na realidade contemporânea, pois tal conjuntura acaba criando uma alta dependência frente ao comércio internacional, cuja necessidade se volta à suprir a sua elevada demanda interna por matéria-prima, destinada

aos insumos industriais¹⁹, e víveres, destinados às necessidades da terceira maior população regional, com, aproximadamente, 128 milhões de habitantes.²⁰

Aspectos Políticos: Os primeiros reinos e a formação do Estado japonês

O Japão possui uma das culturas mais antigas da atualidade. Amostras arqueológicas demonstram que os seres humanos habitam o arquipélago japonês há mais de 10 mil anos. De início, os povos que ali se estabeleceram possuíam na pesca e na caça seu principal meio de subsistência, meios esses que eram explorados através do emprego de armas e ferramentas rudimentares de pedra lascada. Foi somente a partir da introdução das práticas de plantio de arroz e da manipulação de bronze e ferro através da península coreana, em meados do século III A.C., que o amontoado de tribos e pequenos povoados daquela região iniciaram sua marcha rumo à civilização. (BROWN, 1993, p. 20-21).

A historiografia japonesa atribui ao período compreendido entre os séculos III A.C. e III D.C. o nome de “Período Yayoi”. Este termo deriva da denominada “cultura Yayoi”, resultante do significativo influxo tecnológico proveniente da península coreana. O povo Yayoi, após séculos de contato com os prósperos e tecnologicamente avançados reinos chineses, introduziu no arquipélago nipônico técnicas essenciais para o cultivo do arroz, bem como métodos para a extração e manipulação de bronze e ferro. Esse processo migratório alterou fundamentalmente o estilo de

¹⁹ “O comércio exterior tem papel de relevo na economia local, inclusive pelo alto índice de dependência da importação de alimentos e de recursos energéticos e minerais.” (MRE, 2022, p. 37).

²⁰ “Mais de 60% do que os japoneses consomem vêm do exterior. [...] No ano fiscal de 2019, a taxa de autossuficiência por item [...] foi de 97% para o arroz, 16% para o trigo, 7% para o feijão, 79% para os vegetais, 38% para as frutas, 52% para as carnes e 52% para os frutos do mar. Apenas **autossuficiente** para o arroz, o Japão depende quase inteiramente das importações para o trigo e o feijão.” (MRE, 2022, p. 25, **correção nossa**).

vida previamente adotado no arquipélago (KIDDER JR., 1993, p. 82-97).

Durante esse período crucial, testemunhou-se o surgimento dos primeiros reinos no Japão. A introdução do cultivo do arroz e da metalurgia alterou a balança de poder regional, resultando na união de pequenas tribos locais sob a liderança de um único governante, com o objetivo de maximizar a produção de arroz e proteger-se contra a ameaça representada pelas novas armas de bronze e ferro. Muitos desses reinos estabeleceram relações diplomáticas com as cortes chinesas e coreanas. (KIDDER JR., 1993, p. 97-107).

Dentre a miríade de estados que precipitaram-se à época, a federação de reinos Yamatai merece atenção especial. Esta federação, sob a liderança de uma rainha xamã chamada Himiko, emergiu como resultado da união de diversos reinos locais que buscavam pôr fim aos incessantes conflitos no arquipélago (KIDDER JR., 1993, p. 97).

De acordo com Brown (2008, p. 25), é consenso entre os historiadores japoneses que a formação da Federação de Yamatai, marcada pela centralização dos poderes políticos, militares e religiosos, estabeleceu as bases para a fundação do Estado japonês nos séculos posteriores.

O século III D.C. marcou a ascensão do Estado de Yamato²¹, marcando o fim do período Yayoi e o início do período Kofun, assim nomeado devido às grandes tumbas funerárias (Kofun) construídas para abrigar os restos mortais dos membros da dinastia Yamato. O período Kofun foi caracterizado pelo fortalecimento da autoridade da família Yamato, que afirmava ser descendente dos grandes líderes xamãs do período anterior (BROWN, 2008, p. 108).

No ano de 587, Soga no Umako, um membro proeminente do poderoso Clã Soga, liderou uma rebelião contra a autoridade central do Estado de Yamato, emergindo vitorioso no mesmo ano (BROWN, 2008, p. 160-162). Sua vitória em 587 marcou o início de

²¹ Não confundir com Yamatai.

uma série de reformas sociais e administrativas. Modelado com base no código administrativo e penal chinês, o Código Taiho foi promulgado em 701. Em 710, a capital imperial de Heijo, que hoje corresponde a Nara, foi construída à semelhança das grandiosas cidades chinesas, com um grande palácio no centro da cidade (MITSUSADA, 2008, p. 163).

As reformas administrativas foram acompanhadas pela incorporação de elementos da alta cultura chinesa, provenientes da poderosa Dinastia Tang. Entre esses elementos, destacam-se a escrita chinesa, o Budismo, o Taoísmo, o Confucionismo, a arquitetura e as técnicas de pintura e cerâmica (MITSUSADA, 2008, p. 163-188).

A introdução do Budismo e do Confucionismo merece atenção especial em nosso estudo, uma vez que esses elementos tiveram uma influência significativa na cultura japonesa e, conseqüentemente, na visão de mundo do país.

Os séculos seguintes foram marcados por sucessivas reformas sociais, políticas, econômicas e militares que fortaleceram o poder da linhagem Yamato no arquipélago japonês (MITSUSADA, 2008, p. 163). Paralelamente, a introdução de elementos da alta cultura e dos costumes das cortes chinesas resultou em uma crescente divisão social. A aristocracia imperial se afastou das responsabilidades administrativas, buscando refúgio atrás dos muros de seus palácios, onde se dedicavam a atividades como poesia, música, literatura e teatro. As tarefas mundanas eram delegadas a uma elite de oficiais da burocracia local, que, por sua vez, mantinha pequenos contingentes de soldados remunerados para manter a ordem e cobrar impostos da classe camponesa. Esse distanciamento da realidade nacional teria conseqüências políticas graves para a aristocracia japonesa.

A “revolução samurai”

Dada à crescente regionalização da burocracia, surgiram nas províncias interioranas do império uma série de pequenos, mas bem-armados, exércitos regionais (MCCULLOUGH, 1999, p. 46).

Surgido após a vitória do Clã Minamoto sobre o Clã Taira

durante a Guerra Gempei (1180-1185), o Bakufu, ou governo militar, representou a primeira ‘revolução’ na sociedade japonesa. Pela primeira vez na história, membros de uma classe vista como inferior, os chamados samurais, ou ‘aqueles que servem’, assumiram o controle do país e moldaram os rumos da história nipônica (MCCULLOUGH, 1999, p. 47).

Minamoto no Yoritomo, fundador do primeiro Bakufu, consolidou sua posição como o general mais poderoso do país ao derrotar as forças rivais do Clã Taira. Essa conquista lhe conferiu a capacidade de pressionar o Imperador reinante a nomeá-lo Seii Tai Xogun, que significa ‘Grande General Apaziguador dos Povos Bárbaros’, garantindo-lhe o comando da classe samurai. Esse título havia sido originalmente criado para designar líderes expedicionários que combateram as tribos Emishi²² no norte do Japão (MCCULLOUGH, 1999, p. 59-60).

Sob o governo do Clã Minamoto, estabeleceu-se o governo Kamakura, em alusão à sede do Clã Minamoto na antiga cidade de Kamakura. Apesar de se posicionar como a figura militar mais poderosa do Japão, o primeiro Xogun da linhagem dos Minamoto foi incapaz de destruir ou anular a existência da corte imperial em Quioto. A longa tradição xamânica, derivada das tradições xintoístas japonesas, garantiu à família imperial um caráter sagrado que permaneceu enraizado na mentalidade popular japonesa (MCCULLOUGH, 1999, p. 46).

A ancestral linhagem dos Yamato se mostrou irreplaceável em sua posição como guia espiritual do Estado japonês. Como resultado, Minamoto no Yoritomo optou por estabelecer uma forma de acordo político com a corte de Quioto. Segundo McCullough (1999), isso resultou na criação de uma diarquia, onde os poderes seculares ficavam sob a jurisdição do Bakufu, enquanto o controle religioso permanecia nas mãos da corte imperial.

A ascensão dos samurais ao topo da hierarquia social no Japão provocou transformações profundas na sociedade. Segundo

²² Povos tribais que habitavam a porção leste do arquipélago japonês. (MCCULLOUGH, 1999, p. 79).

as observações de Carolina Dantas Nogueira (2010), o Bakufu demonstrou preocupação ao promulgar várias leis e documentos destinados a orientar os códigos de comportamento na sociedade japonesa e entre a classe militar do país. O Shikimoku (1232) foi um documento de natureza legalista que estabeleceu uma série de diretrizes e penalidades para regular disputas e relações na emergente sociedade militar japonesa.

A aprovação deste primeiro código militar japonês em 1232 refletiu a profunda transição para uma sociedade militarizada, perdurando por sete séculos. Foi um documento altamente legalista que salientava um conjunto de regras e punições para a orientação dos tribunais [...]. (LU, 1997 *apud* NOGUEIRA, 2010, p. 44).

Menos de um século após sua implementação, o governo em Kamakura enfrentou uma série de desafios à sua existência. Transitando por um período de regências dominado pelo Clã Hojo (MCCULLOUGH, 2008, p.67), que durou até sua dissolução no meio do século XIV, o Bakufu foi incapaz de unificar totalmente o Japão. Os clãs regionais se fortaleceram ao longo dos anos, intensificando o processo de descentralização política do país (MCCULLOUGH, 1999, p. 128-131).

Esse processo de descentralização continuou até o século XVII, quando o país foi reunificado pelas forças de Ieyasu Tokugawa, um proeminente samurai do Clã Tokugawa que levou ao auge o sistema de governança militar originalmente estabelecido por Minamoto no Yoritomo em 1185. Após vencer uma série de conflitos regionais e nacionais entre os séculos XV e XVI, Tokugawa consolidou seu poder absoluto sobre o país e tornou-se Xhogan ao derrotar seu maior rival, Mitsunari Ishida, na batalha de Sekigahara em 1600 (SUSUMU, 1990, p. 131-133).

O governo Edo, nome dado ao seu governo militar em referência à sede do Clã Tokugawa em Edo, atual Tóquio, foi caracterizado por uma forte ênfase na moralização social por meio de leis e códigos de conduta. Durante esse período, o Neo-confucionismo foi

introduzido na sociedade japonesa, e o sincretismo xinto-budista se expandiu como religião nacional (YAMAMURA, 1990, p. 393).

Quando Ieyasu Tokugawa assumiu o controle do país em 1600, o Japão integrava uma extensa rede de comércio internacional que envolvia principalmente países como China e Coréia, além de nações europeias como Portugal, Espanha, Holanda e Inglaterra. O país asiático contava com uma grande população e servia como um mercado consumidor significativo para muitos comerciantes europeus. Além disso, o Japão era um importante exportador de prata, um metal amplamente utilizado pelos espanhóis como meio de troca nos prósperos portos chineses. Foi nesse contexto que o cristianismo foi introduzido no Japão pelos europeus pela primeira vez. Rapidamente, essa religião se espalhou por todo o país, tornando-se a crença predominante em algumas regiões e gerando preocupações entre os líderes militares japoneses sobre as verdadeiras intenções dos missionários católicos em seu território (AKIRA, 1990, p. 237).

Essas preocupações levaram a uma série de retaliações contra a chamada “ameaça cristã”, que culminaram na promulgação do Édito de Nagasaki (1635), um documento de caráter radical que ordenou o fechamento dos portos do país a todos os europeus²³, a expulsão de estrangeiros no país, a proibição da saída de japoneses e o banimento da prática e disseminação do cristianismo em todo o arquipélago, sob pena de morte (HALL, 1991, p. 5).

O povo japonês entraria em um período de quase três séculos de isolamento político, econômico e cultural, que duraria até 1868, quando ocorreu a chamada Restauração Meiji, um evento que marcou o fim de séculos de governos militares sucessivos no país e restaurou o Imperador como o líder supremo do Estado japonês.

A Restauração Meiji

A Restauração Meiji, que ocorreu no período de 1868 a 1889, resultou de um processo contínuo de desgaste tanto interno quan-

²³ A exceção dos holandeses (HALL, 1991, p. 5).

to externo do governo militar em Edo. Inicialmente, o Bakufu, liderado pelo Clã Tokugawa, desfrutou de uma considerável prosperidade econômica e harmonia social. Apesar do isolamento econômico do Japão, a população experimentou um rápido crescimento e uma acelerada migração para áreas urbanas, o que transformou Edo na cidade mais populosa do mundo já no século XVIII. Durante os primeiros anos da política de isolamento, conhecida como Sakoku ou “País Fechado”, a sociedade japonesa testemunhou uma espécie de era dourada, com as artes, a economia e a sociedade em geral prosperando graças à estabilidade duradoura (JANSEN, 1989, p. 62-86).

No entanto, a segunda metade do Período Tokugawa foi marcada por uma série de grandes secas, que desencadearam revoltas camponesas em todo o país. Ao longo do século XIX, as crises e revoltas constantes, combinadas com o isolamento japonês, enfraqueceram a autoridade central em Edo e alimentaram a insatisfação popular japonesa, especialmente entre os que tinham acesso a “conteúdo proibido” trazido pelos holandeses a poucos japoneses com os quais tinham permissão de contato no porto artificial de Dejima, em Nagasaki. Muitos desses indivíduos que interagiam com os holandeses pertenciam à classe samurai e estavam cientes dos avanços tecnológicos e sociais na Europa. Além disso, eles estavam preocupados com a expansão colonial dos holandeses na Ásia após a derrota chinesa na Guerra do Ópio, o que gerou um forte sentimento de urgência entre essa elite japonesa esclarecida (JANSEN, 1989, p. 308-314).

A combinação de todos esses fatores sociopolíticos levou à Revolução Meiji em 1868, que encerrou séculos de domínio feudal militar e devolveu ao Imperador o poder de governar todo o Japão (JANSEN, 1989, p. 353). Sob o novo governo, o Japão implementou uma série de reformas políticas, sociais, econômicas e militares que o transformaram em uma grande potência de prestígio mundial.

A restauração foi caracterizada por uma significativa ocidentalização do estilo de vida japonês, desde a moda até a inclusão da carne vermelha na dieta japonesa. No entanto, séculos de influência militar da classe samurai na sociedade japonesa deixaram uma

marca profunda no pensamento japonês, que as reformas Meiji não conseguiram apagar completamente (JANSEN, 1989, p. 353-366).

O espírito militarista japonês foi amplamente utilizado pelo governo como uma maneira de promover uma identidade nacional japonesa em contraste com a antiga lealdade aos clãs regionais. Essa lógica persistiu até o final da Segunda Guerra Mundial (IRIYE, 2008, p. 765-773).

Aspectos Sócio-culturais: Miyamoto Musashi, o Maior dos Samurais

Miyamoto Musashi ou Shinmen Musashi - tal como está assinado em suas obras - foi um samurai, reconhecido como o exemplo prístino da classe. Foi “[...] um mestre da arte militar, especialmente da esgrima, um artista e, [...] um budista recluso.” (PIWOWARSKI, 2014, p. 164, tradução nossa).

No prefácio da tradução de sua obra *Gorin no Sho*, feita por José Yamashiro, Benedicto Ferri de Barros descreve Musashi como “[...] um símbolo vivo de seu tempo, samurai rônin que transita da espada para o pincel, tentando reencontrar um destino e redefinir o significado de sua vida em um novo Japão.” (MUSASHI, 1992, p. 7).

Musashi viveu em um período de ruptura paradigmática. Como samurai, o mestre espadachim “[...] participou da batalha de Sekigahara, mas do lado que cedeu ao Grande Ieyasu Tokugawa. Ele lutou muitos duelos, sempre invicto, desde sua primeira luta [...]” (PIWOWARSKI, 2014, p. 164, tradução nossa). Foram mais de sessenta confrontos individuais e em todos ele saiu como vitorioso, conferindo à ele grande parte de sua fama histórica.²⁴

[...] Musashi (1584-1645) vive uma época de inflexão na

²⁴ Ver mais em: PIWOWARSKI, Luliusz. The continued transfer of Japanese Security Culture: from ancient to Modern Bushidō. Security Dimensions, International & National Studies, n. 11, 2014; e MUSASHI, Shinmen. GORIN NO SHO: O Livro dos Cinco Elementos. 1645. Tradução: YAMASHIRO, José. Cultura Editores Associados, São Paulo, 1992.

história japonesa [...]. Após os 250 anos do shogunato Ashikaga, todo ele convulsionado por incessantes guerras entre os barões feudais, a partir da batalha de Sekigahara (1600), de que Musashi teria participado, instaura-se o xogunato Tokugawa, que daria 250 anos de paz ao Japão. (MUSASHI, 1992, p. 6-7).

Após a derrota em Sekigahara, Musashi praticamente desaparece de quaisquer resquícios de documentação, porém, com a instauração do shogunato de Tokugawa, torna-se possível conjecturar como os longos anos de transformação do papel dos samurais se traduziram em seu modo de vida. Para a classe guerreira, em geral, os “[...] feitos do passado consagram-se como alegorias; embainhada, fora dos campos de batalha, a espada passa a ser cultivada nas academias; as virtudes marciais se institucionalizam nos códigos [...]” (MUSASHI, 1992, p. 7).

Com a perda do papel militar dos samurais, estes, sem mestre à servir, passam a andar sem rumo pelo Japão, sendo denominados como *rônin* (samurai sem mestre), ou se dedicam ao serviço burocrático, ao cultivo dos valores do *bushido* e à reprodução do conhecimento estratégico. “Se a Era Ashikaga fora a da atividade marcial, a Era Tokugawa será a das atividades civis e do espírito. O pincel adquire precedência sobre a espada, o samurai guerreiro terá de se reencarnar no samurai administrador.” (MUSASHI, 1992, p. 7).

Para Musashi, sua escolha o direciona à reclusão, cultivando o próprio caminho sob as aspirações do Budismo e sob a criação de sua Escola de Esgrima característica, a Escola *Niten-Ichi-ryū*²⁵. Com isso, o mestre “[...] guerreiro se transforma em eremita, o espadachim, em mestre escritor.” (MUSASHI, 1992, p. 7). “De acordo com seu pensamento de que o verdadeiro samurai deve conhecer e praticar outras artes, além da militar, passa a aperfeiçoar-se em caligrafia - shodo -, pintura, escultura de imagens de Buda,

²⁵ Musashi é o criador da chamada Escola *Niten-Ichi-ryū*, “[...] que quer dizer Escola de Duas Espadas [...]. A escola caracteriza-se pelo uso simultâneo de duas espadas, a longa e a curta, nos combates.” (MUSASHI, 1992, p. 10).

cerimônia do chá e poesia.” (MUSASHI, 1992, p. 11). Tal mudança postura evidencia os efeitos da conjuntura sobre seu modo de vida e sobre sua perspectiva filosófica.

Durante seu período de reclusão, Miyamoto Musashi escreveu três obras que condensam toda sua profunda experiência como mestre espadachim e estrategista. O primeiro, de 1641, é “[...] *Heihô Sanjūgo-jō, Os 35 artigos sobre a arte militar*, no qual expõe as noções básicas da arte da espada e o preparo espiritual indispensável ao samurai.” (MUSASHI, 1992, p. 11). Os outros dois são *Gorin no Sho*, ou *O Livro dos Cinco Elementos*, e *Dokkodo, a Arte de Caminhar Sozinho*, ambos de 1645, em seu leito de morte.

Em *Gorin no Sho*, Musashi lida principalmente com o caráter de sua Escola *Niten-Ichi-Ryū* em um sentido concreto, por exemplo, sua própria arte marcial prática e seu significado genérico; o *Dokkodo*, por outro lado, lida com as ideias que estão por trás dele, ou melhor, com sua filosofia de vida em algumas frases curtas aforísticas. (MACHIDA, 2012, p. 199, tradução nossa).

Gorin no Sho é o maior dos três, apresentando uma descrição geral do pensamento estratégico, da Arte da Espada de sua Escola, e, principalmente, do que o autor define como os “mandamentos da arte militar”, ou *michi*, em japonês.²⁶

Os mandamentos [...] expostos no *Gorin no Sho* sintetizam toda a sabedoria de vencer na arte da esgrima e na vida de um singular samurai que, depois de atingir a quintessência da arte da espada, decidiu recolher-se a uma caverna para entregar-se à meditação. Ao buscar a perfeição nas belas artes e nas letras, realiza o supremo ideal de sua classe: o *Bunbu Ryōdō*, a pena e a espada — artes literárias e militares, ou virtudes civis e marciais. (MUSASHI, 1992, p. 13).

²⁶ *Michi*: “o caminho”, de acordo com a tradução literal em português.

O *Livro dos Cinco Elementos* é uma espécie de guia em que o autor se vale de metáforas e descrições para que suas concepções de estratégia possam ser aplicadas em quaisquer casos e modalidades de luta. (MUSASHI, 1992, p. 9). A intenção deste artigo é se valer dos ensinamentos inerentes ao pensamento estratégico de Musashi, demonstrando como seus mandamentos e seus ensinamentos podem orientar uma determinada opção estratégica a nível internacional.

Um dos principais elementos do livro se vale dos resquícios “[...] da influência do Bushidô entre os cavaleiros japoneses, juntamente com seu estilo de vida samurai, estudo e exercícios diários, reflexão e meditação praticada consistentemente.” (PIWOWARSKI, 2014, p. 165, tradução nossa). Nas palavras de Musashi, “[...] a chave da vitória se encontrava antes de mais nada no espírito, ainda que, obviamente, o corpo devesse estar ‘mil e dez mil vezes’ treinado para adequadamente executar seus propósitos.” (MUSASHI, 1992, p. 8-9).

Se valendo do que foi exposto até aqui, percebe-se que há uma lógica fundamental que rege a discussão. Seja sobre a conjuntura histórica da época, seja sobre duelos de espada, seja sobre batalhas em guerras, um dos cerne inerentes à filosofia do autor se orienta pelo entendimento de que, para vencer uma batalha, tanto o corpo quanto a mente devem estar sãos e aptos aos desafios da *fortuna*, parafraseando Nicolau Maquiavel.²⁷ Em uma analogia simples, para que a vitória seja garantida, um deve estar em consonância

²⁷ Um dos lemas de Musashi era “Reverenciar os deuses e Buda, mas não contar com sua proteção” (MUSASHI, 1992, p. 12), evidenciando o enquadramento filosófico do autor. Neste sentido, em comparação com a filosofia política de Nicolau Maquiavel, o pensamento de Musashi se assemelha ao do autor florentino, o qual detalha sua teoria estratégica com base nos conceitos de *virtù* e *fortuna*. Em termos simples, Maquiavel defende que: “Aqueles que desejam exercer o poder, isto é, governar uma cidade, devem ter em mente que o sucesso, a honra e o reconhecimento histórico – a glória – resultam de um conjunto de qualidades e estratégias políticas que Maquiavel chamou de *virtù*. A posse deste conjunto de habilidades permite ao governante (príncipe) conservar sua dominação e imprimir rumos seguros à cidade. Caso contrário, a *fortuna*, que são as contingências, vicissitudes e a sorte, demonstrarão sua potência e pode

plena com seu corpo (o caminho da espada, as artes militares), e seu espírito (o caminho da pena, as artes literárias).²⁸

De acordo com a construção filosófica do autor, tal inferência encontra seu fim máximo no último capítulo da obra, o *Livro do Nada*, tal como a tradução de Fernando Barcellos Ximenes, em que o autor discorre:

Para alcançar o Caminho da Estratégia como guerreiro, você terá que estudar a fundo outras artes marciais e não se desviar nem um pouco do Caminho do Guerreiro. Com o espírito tranqüilo, acumule experiência dia a dia, hora a hora. Dê polimento à mente e ao coração, e aprofunde o olhar de percepção e visão. Quando seu espírito estiver isento de toda turvação, quando as nuvens da desordem se dissiparem, você conhecerá o verdadeiro Nada. (MU-SASHI, 1645, p. 40).

Dispensando as pretensões filosóficas presentes neste capítulo, denota-se que há a menção de palavras que remetem ao princípio lógico definido anteriormente. Em um exercício interpretativo, é possível estabelecer uma correlação entre o caminho da espada (corpo, arte militar) e as palavras “coração e visão”, e o caminho da pena (espírito, a literatura) e as palavras “mente e percepção”. Dando nova estrutura para a frase do autor, podemos dizer que, para alcançar a maestria do “Caminho da Estratégia”, um deve adquirir profunda proficiência na prática militar e na literatura estratégica.

No segundo capítulo, o *Livro da Água*, o Musashi desbrava esta lógica. No item “*Olhar na Arte Militar*”, por exemplo, ele descreve a diferença da ação física de olhar, inerente às percepções mundanas e superficiais, e do exercício interpretativo denominado por

levar o príncipe a encerrar seu ciclo de poder e, até mesmo, conduzir o Estado a degeneração.” (MARQUE e ANDRADE, 2022, p. 266).

²⁸ Como elemento facilitador, pode-se interpretar as “artes literárias” como o exercício da ciência.

ele como o “olhar da percepção”, este inerente à arte militar. Em uma perspectiva mais abrangente, um olhar perspicaz permite com que se entenda, além das capacidades evidentes, identificar a intenção de um inimigo. Para Musashi (1992), seja no embate individual, seja a nível de comando de exércitos, tal capacidade é indispensável.

Este é um dos muitos exemplos presentes no livro. O essencial a se perceber nestas analogias é que: 1) a prática e o estudo devem ser constantes; 2) um é inútil sem o outro, assim como um complementa o outro, o objetivo final não se baseia na sobreposição do “corpo” sobre o “espírito” ou vice-versa, mas sim na incorporação de ambos, tal como diz a tradição do *kenjutsu*²⁹, “Treinar intensamente o corpo para absorver o espírito.” (MUSASHI, 1992, p. 45); e 3) estes princípios podem ser utilizados além do foco individual a que o livro se propõe, trazendo perspectivas de valor a um general, a um governo e a uma nação.

Mantendo-se o espírito sempre atento e decidido, mas sem precipitação, é possível absorver as virtudes desses mandamentos e, por meio do treinamento disciplinado, enfrentar em duelo qualquer adversário que aparecer pela frente, aprendendo a conhecer, assim, os modos de pensar deles. Dentro desse espírito, passo a passo se percorrem as mais longas distâncias. [...] Com o espírito impregnado dessas vantagens, estará preparado para vencer até dezenas de antagonistas. Então, terá aprendido a sabedoria do *kenjutsu* e, com ela, a arte militar aplicada ao combate individual ou ao confronto de exércitos. (MUSASHI, 1992, p. 45-46).

Para demonstrar o valor da obra de Musashi para o pensamento estratégico, possivelmente se enquadrando a nível de Estado, podemos nos basear na concepção de Lantis (2002), em sua reflexão a respeito de como estabelecer uma correlação entre cultura

²⁹ A arte da Espada.

e políticas de segurança nacional. Alinhando as contribuições de Lantis (2002) e de Clausewitz (1996),, confirma-se que uma guerra é uma provação do moral e da força física³⁰. Em última análise, os autores concordam que um dos grandes objetivos da estratégia se encontra além da vitória sobre um inimigo no campo de batalha, está na eliminação da moral do inimigo, cessando-se as agressões, seja por vontade do Estado, das Forças Armadas ou da insatisfação geral da sociedade.

Em consonância com esta perspectiva, Musashi apresenta a temática no terceiro capítulo da obra, o *Livro do Fogo*. “No contexto da disputa na arte militar, nada pior do que ser manobrado pelo adversário e agir com atraso. O desejável é, ao contrário, manobrar o antagonista à vontade.” (MUSASHI, 1992, p. 50). A intenção deste método reside na soma da habilidade de interpretação das intenções³¹ antagonistas, e na capacidade de remediá-las quase que de imediato, buscando sempre tomar a iniciativa.

Na hipótese de o adversário tomar a iniciativa do combate, procure neutralizar os movimentos úteis a ele e permita-lhe os inúteis. Eis um dos pontos essenciais da arte militar. [...] Agir de acordo com os mandamentos significa cortar no nascedouro as intenções do adversário, submetendo-o à sua vontade – eis o caminho do mestre da arte militar [...]. (MUSASHI, 1992, p. 50-51).

Para Musashi (1992, p. 49-50), a iniciativa é a prioridade número um da Arte Militar. Neste sentido, o autor detalha que há três tipos de iniciativas: (1) a que se ataca antes do adversário, ou iniciativa de ataque; (2) a que se ataca em resposta imediata ao ataque do adversário, ou iniciativa de expectativa; e, por fim, (3) as

³⁰ Para o autor, a guerra, como elemento da “existência social”, é entendida como um cenário de violência qual, em sua origem, se representa numa oposição de “vontades antagônicas”, e em sua finalidade última, na submissão forçada do adversário, na coação. (GARCÊS e MARTINS, 2009, p. 379).

³¹ Destaca-se aqui a possibilidade da substituição do termo “intenções” por “interesses”.

iniciativas mútuas. Na primeira, o objetivo é atacar “com rapidez e agressivamente”, buscando vencer o adversário de maneira impetuosa. Na segunda, o objetivo é antecipar o movimento do inimigo e desferir um contragolpe na primeira oportunidade. Na terceira, é uma batalha de ritmos, na qual a capacidade de quebrar o ritmo do adversário significa a garantia da vitória.

Ainda que as três categorias prevejam a ação ofensiva direta (justamente por se tratar de um embate individual), o autor garante que isso não significa que a iniciativa sempre será um ataque, “[...] na medida do possível, é desejável dominá-lo e submetê-lo à sua vontade. Seja como for, a iniciativa de adiantar-se ao inimigo significa vencer com certeza, com base no poder da inteligência da arte militar.” (MUSASHI, 1992, p. 50).

A escolha de Miyamoto Musashi para servir de referência neste trabalho se respalda, em parte, no conteúdo do argumento de Benedicto Ferri de Barros. Para o autor, o mestre espadachim simboliza o prospecto do máximo esforço, a imagem cultivada na sociedade japonesa pelo fato de ter alcançado o patamar mais elevado “[...] que o samurai, como homem de elite, devia buscar —, um arquétipo para o homem japonês. E esse ideal era da mais flagrante atualidade, [...] para o Japão de hoje, que se acha na linha de frente na busca de um sentido para o século XXI.” (MUSASHI, 1992, p. 6).

Caso de estudo: Estratégia em Musashi e os desafios do Japão Contemporâneo

Para dar melhor enquadramento às ideias de Musashi, propõe-se o alinhamento de sua teoria com uma análise da conjuntura de segurança do Japão contemporâneo. Objetiva-se estabelecer possíveis inspirações e recorrências da agência japonesa às obras intelectuais do Bushido, dentre as quais *Gorin no Sho* e *Dokkodo* se fazem presentes, já que, de acordo com Piwowarski (2014), nos dias de hoje, o Caminho do Guerreiro

[...] ainda é cuidadosamente cultivado, embora muitas vezes de maneira diferente. Continua a ser um tema revigo-

rante para um organismo social, concebido de forma holística com o seu amplo espectro de áreas, desde a economia e ecologia [...] à filosofia da segurança e gerenciamento de segurança em sua forma mais recente. Essa criatividade permite estabilidade e mudança, tradição e modernidade. (PIWOWARSKI, 2014, p. 179, tradução nossa).

Seguindo a linha interpretativa de Teruo Machida (2012), numa tentativa de interpretar a última obra de Musashi, o *Dokkodo*, faz-se possível demonstrar como o Japão pode se inspirar na formação milenar de sua filosofia e de sua cultura para encarar questões contemporâneas. Se baseando no primeiro dos vinte e um itens deste texto, o qual diz, “*Yoyo no Michi o somuku Koto nashi*”, ou “não me oporei aos caminhos do mundo”³², é possível fazer uma analogia, calibrada para a conjuntura mais sensível de sua história japonesa, o pós-Segunda Guerra Mundial. Ainda que este não seja o sentido pleno da frase, um dos significados possíveis da palavra *michi* é “verdade”. Hoje a verdade vigente no Japão é aquela que o subjugou em um dos momentos mais traumáticos de toda a história humana.

A incorporação da nação nipônica ao paradigma ocidental - consequência de sua derrota no tardar da Segunda Guerra Mundial - resultou em “[...] uma postura internacional completamente diferente da que havia seguido até 1941.” (SANTOS, 2011, p. 253). A necessidade de reconstrução econômica alinhada com a ocupação norte-americana resultou em um posicionamento peculiar, a adoção do pacifismo.

Respaldado pelo Artigo 9º da Constituição Japonesa³³, e pela

³² Texto em japonês: 世々の道をそむく事なし. (MACHIDA, 2012, p. 200).

³³ Aspirando à paz internacional baseada na justiça e na ordem, o povo japonês renuncia para sempre à guerra como direito soberano da nação e à ameaça ou uso da força como meio de resolver disputas internacionais. A fim de cumprir o objectivo do parágrafo anterior, o potencial de guerra terrestre, marítimo e aéreo, entre outros, não será mantido. O direito de beligerância do Estado não será reconhecido (CONSTITUIÇÃO JAPONESA *apud* SANTOS, 2011, p. 256).

implementação da Doutrina Yoshida³⁴, o pacifismo implicou em uma nova postura em sua política externa e, conseqüentemente, em suas políticas de segurança e defesa. De acordo com Paula Marques dos Santos (2011), elas se orientaram pelas seguintes constantes:

[...] a renúncia à guerra e a postura anti-nuclear; a doutrina Yoshida e o desenvolvimento de uma postura de *low profile* no sistema internacional; a aposta no desenvolvimento económico/tecnológico e a participação em acções de *peacekeeping* e humanitárias, como alicerces para a sua consolidação enquanto potência asiática e mundial; e a relação privilegiada com os EUA. (SANTOS, 2011, p. 254).

Para a autora, a renúncia à beligerância e às aspirações de aquisição de armamento nuclear, compromissos presentes na Constituição Japonesa de 1947 e na assinatura do Tratado de Paz de São Francisco, de 1952 - revisto em 1960 pelo primeiro-ministro Kishi³⁵ - transforma o Japão em um “anão militar”. A adoção deste posicionamento ocasiona em sua adesão à esfera dos interesses securitários estadunidenses como uma espécie de “porta-aviões inafundável”, alinhando as bases de sua cultura estratégica, oriunda da localização geográfica enquanto uma nação insular, às pretensões hegemônicas dos Estados Unidos, como forma de obter a garantia da própria segurança. Por consequência deste paradigma, os EUA gerenciam, até hoje, a grande maioria dos esforços de segurança no país. Por estas razões, o Japão

[...] tem sido genericamente retratado como um Estado reactivo, passivo na sua política de segurança, vivendo sob o guarda-chuva securitário dos Estados Unidos da

³⁴ *Doutrina Yoshida*: “A doutrina Yoshida (...) subjaz a política externa do Japão subsequente: confiar nos EUA em primeiro lugar em termos de defesa e concentração num crescimento económico célere para reintegrar o Japão na família das nações da Ásia Oriental” (HUGHES et al. *apud* SANTOS, 2011, 256).

³⁵ *Doutrina Kishi*: resumem-se aqui em “princípios anti-nucleares”. (SANTOS, 2011, p. 257).

América (EUA), devido às restrições associadas ao artigo 9º da sua Constituição, que procura apaziguar os vizinhos asiáticos por causa das lembranças da sua agressão imperialista na altura da Segunda Grande guerra (HUGHES et al. *apud* SANTOS, 2011, p. 253).

Neste sentido, se faz possível afirmar que o caráter imposto e incontornável da “verdade” vigente no campo da segurança no Japão consiste na inevitabilidade de um alinhamento estratégico aos interesses estratégicos dos EUA na região. Esta inferência se alinha à interpretação supracitada da filosofia de Musashi, sendo exemplo de sua aplicação na realidade material.

Diante das turbulências e intensas mudanças paradigmáticas na Ásia-Pacífico, surge a necessidade do Japão buscar novo senso de propósito no Sistema Internacional. Para isto, se demanda uma nova formulação de “[...] sua agenda na área da segurança, reformulando as limitações constitucionais e consolidando uma posição distinta nas suas relações intra-regionais [...]” (SANTOS, 2011, p. 265).

Seja pela busca de estabelecer bases legítimas para as Forças de Auto-Defesa - a única área em que o Estado japonês pode atuar de forma independente do ponto de vista securitário -, seja por necessidade frente aos desafios que se espreitam no continente asiático, tal temática deve ser posta em causa, demandando um esforço interpretativo baseado não nas concepções ocidentais, mas nas concepções oriundas da sociedade japonesa e de sua cultura milenar. Já em 1995, prevendo tal possibilidade, Joseph Nye elenca quatro opções para tal dilema:

- (a) tornar-se uma superpotência através de um processo de remilitarização;
- (b) continuar com a sua política economicista do pós-guerra;
- (c) dar ênfase ao contexto regional;
- (d) desempenhar um papel político global **em** decorrência e em conjunto com o seu poder económico global. (NYE, 1995 *apud* SANTOS, 2011, p. 266, **correção nossa**).

Alinhando estas opções com os conteúdos de *Gorin no Sho*, num cenário internacional neutro, o Japão optaria pela ascensão à superpotência, tal como se pode afirmar no *Livro do Fogo*, ou seja, a busca pela iniciativa e de maneiras de garantir interesses de forma absoluta. Dada a atual conjuntura, o Japão, se valendo do “*Olhar na Arte Militar*”, presente no *Livro da Água*, a atuação japonesa adota um papel quase que estritamente regional, se alinhando ao quarto item de Nye. As evidências para a inferência defendida aqui são inúmeras. Destarte, a falta de indicativos que apontem para um afastamento da aliança de segurança com os EUA, o que por si só já se apresenta um elemento que desbanca quaisquer pretensões no médio prazo, à uma alçada ao patamar de superpotência.

Além disso, se levar em consideração os acontecimentos mais recentes, tendências podem ser identificadas. Por exemplo, de acordo com notícia do jornal online *The Diplomat* (2023), a constante ameaça norte-coreana, a iminência de avanços militares chineses à Ilha Formosa - Taiwan -, além do temor frente às consequências posteriores ao conflito armado travado entre Rússia e Ucrânia, demonstram indicativos que dão suporte para eventuais mudanças nas políticas de segurança japonesas, possibilitando a busca pela iniciativa, tal como a obra de Musashi.³⁶

Antecipando um ambiente regional caótico e buscando iniciativas de caráter preventivo, a agência japonesa já busca normalizar as relações com um antigo inimigo, a Coreia do Sul. O mesmo jornal supracitado afirma que a “[...] relação Japão-Coreia do Sul entrou em uma era de cooperação que traz benefícios para ambos os países, ao invés da busca de interesses nacionais individuais.” (FUKUYA, 2023, p. 8, tradução nossa). Tal relação extrapola os interesses de cooperação econômica e de desenvolvimento, abran-

³⁶ Ver mais em: DELAMOTTE, Guibourg; SUZUKI, Hideo. More of the Same or Different? Japan’s New Security and Defense Policy. *The Diplomat*. Acesso em: 17/05/2023. Disponível em: <https://thediplomat.com/2023/02/more-of-the-same-or-different-japans-new-security-and-defense-policy/>

gendo iniciativas bilaterais de segurança, tal como consta na reportagem *Japan, South Korea hold first security talks in 5 years*, publicada pelo portal de notícias *Nikkei - Asia*.

As crescentes tensões no nordeste da Ásia – alimentadas pela invasão russa da Ucrânia, as ambições nucleares da Coreia do Norte e os contínuos atritos EUA-China – fizeram com que a questão da cooperação de segurança entre o Japão e a Coreia do Sul ganhasse cada vez mais destaque. Por meio de suas alianças bilaterais separadas com o Japão e a Coreia do Sul, os EUA incentivaram os dois países a consertar as relações, a fim de combater melhor o aumento militar da China e o programa de desenvolvimento nuclear e de mísseis em expansão da Coreia do Norte. (KOBARA e TAKEUCHI, p. 1, 2023, tradução nossa).

Somado à estrutura internacional e buscando a garantia da própria segurança, a agência japonesa, no dia 16 de dezembro de 2022, emitiu três documentos a *National Security Strategy* (NSS), a *National Defense Strategy* (NDS) e o *Defense Buildup Program*.³⁷ As preocupações são claras, tal como é descrito no NDS.

Em meio ao ambiente de segurança mais severo e complexo desde o final da Segunda Guerra Mundial, o Japão precisa enfrentar a realidade sombria e reforçar fundamentalmente as capacidades de defesa do Japão, com foco nas capacidades do oponente e novas formas de guerra, para proteger as vidas e o sustento pacífico de cidadãos japoneses. (MOD, 2023, p. 4, tradução nossa).

Se valendo dos ensinamentos de Musashi (1992), o posicionamento japonês segue à risca um aspecto vital. Se o objetivo de

³⁷ Ver mais em: TSUNEO, Watanabe. What's New in Japan's Three Strategic Documents. CSIS. Acesso em: 17/05/2023. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/whats-new-japans-three-strategic-documents>

segurança for apenas estabelecer empecilhos à ação do inimigo, “[...] isso quer dizer que está agindo somente na defensiva. Agir de acordo com os mandamentos significa cortar no nascedouro as intenções do adversário, submetendo-o à sua vontade - eis o caminho do mestre da arte militar [...]” (MUSASHI, 1992, p. 50-51). É por este motivo que, de acordo com as informações supracitadas e levando em consideração o contexto contemporâneo do Sistema Internacional, a remilitarização japonesa é iminente, se tornando uma das peças centrais da estratégia de segurança nacional.

Estabelecendo uma analogia com a Escola *Niten-Ichi-ryū*, cujo estilo se aplica à utilização de duas espadas, e em consonância com o objetivo da arte militar de Musashi, citada no parágrafo anterior, é possível relacionar uma possível estratégia de Segurança Nacional japonesa com a figura de um samurai, empunhando as duas lâminas do conjunto tradicional conhecido como *daisho*³⁸, de modo a dissuadir quaisquer tentativas de um eventual antagonista de lançar uma investida militar em território japonês.

Nesta analogia, o poderio japonês, limitado por seu código legislativo e pelas doutrinas cunhadas no pós-Segunda Guerra, se configura como a “espada curta” do conjunto, com menor potencial de dano. Porém, a principal preocupação de qualquer inimigo será a reação, ou contragolpe, de seu maior aliado, os EUA, cuja segurança e proteção é garantida ao Japão por meio da aliança firmada em 1952, sendo representada aqui, como a “espada longa” do conjunto. A evidência máxima da legitimidade das comparações e intersecções identificadas entre o pensamento estratégico de Musashi e a atual composição da Estratégia de Segurança Nacional e Defesa do Japão se assenta nas operações navais conjuntas com a Marinha estadunidense.

Se valendo da natureza insular do território japonês e reconhecendo, portanto, que a ala marítima das Forças de Auto-Defesa são fator importante em seus esforços de Segurança, ambos os países, de acordo com o Ministério da Defesa do Japão, condu-

³⁸ *Daisho*: Conjunto de *katana* (espada longa) e *wakizashi* (espada curta), característico do equipamento de um samurai.

zem de forma ativa exercícios bilaterais conjuntos, com o objetivo de impulsionar e aprofundar o intercâmbio de experiências em operações navais. “É indispensável aprofundar o entendimento mútuo em táticas e compartilhamento de intenções e manter a interoperabilidade para executar operações bilaterais de maneira coordenada.” (MOD, 2023, tradução nossa).

Tal postura remete de forma direta aos elementos expostos da obra de Miyamoto Musashi, referindo-se à transferência da teoria para a prática e, principalmente, a um elemento que se repete em cada parte e após cada ensinamento: o treinamento e interiorização constante do conhecimento originário da literatura estratégico-militar e de sua aplicação prática, por assim dizer.

Argumenta-se, portanto, que é possível afirmar que a próxima versão da Cultura de Segurança do Japão pode, não apenas estabelecer elementos de continuidade do paradigma vigente, mas também adquirir inspirações do passado. As obras de Musashi podem ser utilizadas como ferramenta de análise neste sentido, pois detêm em sua composição a essência de uma Cultura Estratégica milenar, intrínseca à formação da nação japonesa.

Conclusão

Por mais que se valha da matriz construtivista das Relações Internacionais, a relação entre o conceito de Cultura com Estratégia e Segurança Nacional ainda não se encontra em um grande debate. Devido à falta de consensualidade e a pressão crítica da ala neorrealista, frequentemente apreciada pelos adeptos dos estudos de Segurança e Defesa Nacional, a cunhagem final de conceitos como Cultura Estratégica e Cultura de Segurança Nacional não ganhou grande relevância em meio ao *mainstream* acadêmico, até o momento.

Seja pelo debate ainda em andamento, tal como argumenta Lantis (2006), seja pela aparente falibilidade inerente às tentativas de perscrutar a mente humana, ao contrário do que defende Johnston, seja, de acordo com Gray (1999), pela recorrente dis-

funcionalidade de sua aplicação ao tentar explicar determinados casos práticos, o valor de alguma teoria não cai por terra apenas por ser falível, talvez o problema esteja relacionado a uma mera questão de aplicação ou a finalidade do método. Além do mais, não é um objetivo do método científico a busca por uma verdade absoluta, tornando a falibilidade uma característica legítima.

O aspecto que expressa maior consensualidade é o geográfico, sendo um palco compartilhado para áreas como a geopolítica e a geoestratégia, por exemplo. Quando relacionado com o conceito de Cultura Estratégica, a geografia japonesa (principalmente no que tange sua posição insular), evidencia sua vocação ao mar, sendo este o maior enfoque de suas campanhas de segurança em cooperação com os EUA.

A respeito dos aspectos políticos e sócio-culturais oriundos do Japão Medieval, a literatura ainda é rasa, pois o enfoque teórico destas abordagens se limita ao período do pós-Segunda Guerra Mundial. Porém, a identificação de factores culturais, dos medievais aos contemporâneos, podem fornecer indicativos para tal pretensão. A escolha de Musashi, portanto, como arauto do período, não se mostrou leviana, evidenciando uma intensa tendência de continuidade da tradição e da filosofia do Bushido, área em que o autor dedicou seus ensinamentos. No que tange à percepção de Estratégia, ainda que Musashi não se encontre dentre os nomes de grandes estrategistas no Ocidente, isto não descarta suas possíveis influências na realidade concreta, seja diretamente ou não.

Conclui-se, portanto, que os os posicionamentos e factos apresentados aqui, por meio da associação de sua filosofia e de seu pensamento estratégico com a actual conjuntura japonesa, indicam o carácter atemporal dos conhecimentos provenientes da formação política e sócio-cultural do Japão Medieval, possivelmente orientando, em diversos aspectos, os novos posicionamentos e as tendências diplomáticas e militares para uma próxima virada paradigmática no arquipélago. Porém, para que isso seja confirmado, demanda-se tempo e pesquisas mais detalhadas.

Referências

- AKIRA, Imatani. Muromachi local government: shugo and koku-jin. In: YAMAMURA, Kozo. **The Cambridge History of Japan: Medieval Japan**. Cambridge University Press, vol. 3, 1990, cap. 5, p. 231-259
- BORGES, João Vieira. A Cultura de Segurança e Defesa no Ensino Superior em Portugal. In: IDN. **Revista Nação e Defesa**. n. 112, 2005, p. 167-186.
- BROWN, Chris; AINLEY, Kirsten. Agency, Structure and the State. In: **Understanding International Relations**. Palgrave Macmillan, Reino Unido, vol. 4, 2009, p. 65-85.
- BROWN, Delmer M. **The Cambridge History of Japan: Ancient Japan**. Cambridge University Press, vol. 1, 1993.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fortes, 1996.
- ESG - Escola Superior de Guerra. **Manual Básico / Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro, vol. 1, 2014.
- ESG - Escola Superior de Guerra. **Método para o Planejamento Estratégico / ESG**. Rio de Janeiro, vol. 3, 2009.
- FILHO, Marcílio Toscano Franca. **História e razão do Paradigma Vestfaliano**. UNAM. 2006.
- GARCÊS, Ana Paula; MARTINS, Guilherme D'Oliveira. **Os Grandes Mestres da Estratégia: Estudos sobre o Poder da Guerra e da Paz**. Edições Almedina, 2009.
- GRAY, Colin S. **Modern Strategy**. Oxford University Press, 1999.
- HALL, John Whitney; MCCLAIN, James L. **The Cambridge History of Japan: Early Modern Japan**. Cambridge University Press, vol. 4, 1991.
- IRIYE, Akira. Japan's drive to great-power status. In: JANSEN, Marius B. **The Cambridge History of Japan: The Nineteenth Century**. Cambridge University Press, vol. 5, 1989, cap. 12, p. 721-782.
- JANSEN, Marius B. **The Cambridge History of Japan: The Nineteenth Century**. Cambridge University Press, vol. 5, 1989.
- JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia**. Guia Prático de Linguagem Sociológica. 1997. Tradução: JUNGSMANN, Ruy. Rio de Janeiro.

- JOHNSTON, Alastair Iain. Thinking about Strategic Culture. In: **International Security**. The MIT Press, vol. 19, n. 4, 1995, p. 32-64.
- KIDDLER, JR., J. Edward. The earliest societies in Japan. In: BROWN, Delmer M. **The Cambridge History of Japan: Ancient Japan**. Cambridge University Press, vol. 1, 1993, cap. 1, p. 48-107.
- LANTIS, Jeffrey S. Strategic Culture: From Clausewitz to Constructivism. In: **Comparative Strategic Cultures Curriculum**. Washington, DC, DTRA, Advanced Systems and Concepts Office, 2006.
- LANTIS, Jeffrey S. Strategic Culture and National Security Policy. In: **International Studies Review**. Oxford University Press, vol. 4, n. 3, 2002, p. 87-113.
- LANTIS, Jeffrey S. Strategic Culture and Security Policies in the Asia-Pacific. In: **Contemporary Security Policy**. Taylor & Francis, vol. 35, n. 2, 2014, p. 166-186.
- MACHIDA, Teruo. The last words of Miyamoto Musashi: An attempt to translate his “Dokkôdô”. In: **Bulletin of Nippon Sport Science University**. Nippon Sport Science University, vol. 41, n. 2, 2012, 199-211.
- MARQUES, Miquéias Serrão; ANDRADE, Hosana Oliveira de. A Virtù e Fortuna em Maquiavel. In: **Revista Humanidades & Inovação**. UNITINS, vol. 9, n. 02, 2022, p. 265-274.
- MITSUSADA, Inoue; BROWN, Delmer M. The century of reform. In: BROWN, Delmer M. **The Cambridge History of Japan: Ancient Japan**. Cambridge University Press, vol. 1, 1993, cap. 3, p. 163-220.
- MOD - Ministry of Defense. **National Defense Strategy**. Governo do Japão. 2022.
- MRE - Ministério das Relações Exteriores. **Como Exportar: Japão**. Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos Departamento de Promoção Comercial e Investimentos, Brasília, 2022.
- MUSASHI, Shinmen. **GORIN NO SHO: O Livro dos Cinco Elementos**. 1645. Tradução: YAMASHIRO, José. São Paulo, Cultura Editores Associados, 1992.
- MUSASHI, Shinmen. **O Livro dos Cinco Anéis: Go Rin No Sho**. 1645. Tradução: XIMENES, Fernando Barcellos. Portugal.

- NOGUEIRA, Carolina Dantas. **A Cultura de Segurança Nacional Japonesa: entendimentos acerca do posicionamento japonês no sistema internacional durante a Guerra Fria**. PUC, Belo Horizonte, 2010.
- OROS, Andrew L. Japan's Strategic Culture: Security Identity in a Fourth Modern Incarnation? In: **Contemporary Security Policy**. Taylor & Francis, vol. 35, n. 2, 2014, p. 227-248.
- PIWOWARSKI, Luliusz. The continued transfer of Japanese Security Culture: from ancient to Modern Bushidō. In: **Security Dimensions**. International & National Studies, n. 1, 2014, p. 162-181.
- RODRIGUES, Carlos Manuel Coutinho. Contributo para uma "Estratégia Abrangente" de Gestão de Crises. In: IDN-Instituto de Defesa Nacional. **IDN Cadernos**. n. 8, 2012.
- ROMANA, Heitor Barras. Da Cultura Estratégica, Uma Abordagem Sistémica e Interdisciplinar. In: **Revista Escola de Guerra Naval**. Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, 2016, p. 13-32.
- SANTOS, Paula Marques dos. Japão. In: **Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança**. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, cap. 10, p. 253-278.
- SHIVELY, Donald; MCCULLOUGH, William. **The Cambridge History of Japan: Heian Japan**. Cambridge University Press, vol. 2, 1999.
- SUSUMU, Ishii. The decline of the Kamakura bakufu. In: YAMAMURA, Kozo. **The Cambridge History of Japan: Medieval Japan**. Cambridge University Press, vol. 3, 1990, cap. 3, p. 128-174.
- YAMAMURA, Kozo. **The Cambridge History of Japan: Medieval Japan**. Cambridge University Press, vol. 3, 1990.
- WEBER, Max. **Ciência e Política: Duas Vocações**. Berlim, 1968. Tradução: HEGENBERG, Leonidas; MOTA, Octany Silveira da. *Revista Cultrix*, São Paulo, n. 18, 2011.
- WENDT, Alexander E. The Agent-Structure Problem in International Relations Theory. In: **International Organization**. The MIT Press, vol. 41, n. 3, 1987, p. 335-370.

Links da Internet

DELAMOTTE, Guibourg; SUZUKI, Hideo. **More of the Same or Different? Japan's New Security and Defense Policy.** The Diplomat. Acesso em: 17/05/2023. Disponível em: <https://thediplomat.com/2023/02/more-of-the-same-or-different-japans-new-security-and-defense-policy/>

EMBAIXADA DO JAPÃO. **Geografia e Clima.** Acesso em: 13/05/2023. Disponível em: <https://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/pdf/geografia.pdf>

FUKUYA, Shu. **How the Japan-South Korea Normalization Reshaped Both Countries.** The Diplomat Acesso em: 17/05/2023. Disponível em:

<https://thediplomat.com/2023/05/how-the-japan-south-korea-normalization-reshaped-both-countries/>

KAWANAMI, Silvia. **Curiosidades Gerais Sobre o Japão (日本).** Japão em Foco, 24/04/2008. Acesso em: 13/05/2023. Disponível em: <https://www.japaoemfoco.com/curiosidades-geograficas-sobre-o-japao/>

KOBARA, Junnosuke; TAKEUCHI, Yusuke. **Japan, South Korea hold first security talks in 5 years.** Acesso em: 17/05/2023. Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Spotlight/Japan-South-Korea-rift/Japan-South-Korea-hold-first-security-talks-in-5-years>

MOD - Ministério da Defesa do Japão. **Joint Operation and Defense Cooperation.** Acesso em: 18/05/2023. Disponível em: <https://www.mod.go.jp/msdf/sf/english/joint.html>

TSUNEO, Watanabe. **What's New in Japan's Three Strategic Documents.** CSIS. Acesso em: 17/05/2023. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/whats-new-japans-three-strategic-documents>